



CONCURSO PÚBLICO

PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS QUADROS DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA - GO

Domingo, 25 de setembro de 2016.

Ensino Superior

Analista de Controle Interno

Caderno de Provas

Objetiva e Discursiva

1. Este caderno de provas é composto de **40** questões objetivas (30 de conhecimentos básicos e 10 de conhecimentos específicos) e **uma** questão discursiva (conhecimentos específicos).
2. Confira todas suas páginas e solicite a sua substituição caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto. Verifique, ainda, se seu nome, seu número de inscrição e o do documento de identidade estão grafados corretamente abaixo da linha. Se houver algum erro, comunique ao fiscal de sala.
3. Durante a prova, o candidato **não** poderá levantar-se sem autorização prévia ou comunicar-se com outros candidatos.
4. As respostas da prova objetiva deverão ser transcritas com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta **preta** no cartão de resposta. O candidato que descumprir este item arcará com eventual prejuízo da ausência de leitura óptica de suas marcações.
5. A resposta da prova discursiva deverá ser transcrita no caderno de resposta, manuscrita com letra legível, utilizando caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta, e entregue ao fiscal de sala ao término da prova.
6. **O caderno de resposta é o único documento válido para correção, portanto NÃO deverá ser assinado, rubricado ou conter quaisquer palavras ou marcas que possibilitem a identificação do candidato, sob pena de anulação desta prova e da atribuição de nota zero.**
7. O candidato poderá utilizar os espaços para rascunho e o rascunho de gabarito deste caderno de provas para registrar a resposta da questão discursiva e as alternativas escolhidas.
8. Somente 40 (quarenta) minutos antes do horário determinado para o término da prova, o candidato poderá sair da sala portando este caderno de provas.

OBSERVAÇÃO: • Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas				
1	a	b	c	d	e
2	a	b	c	d	e
3	a	b	c	d	e
4	a	b	c	d	e
5	a	b	c	d	e
6	a	b	c	d	e
7	a	b	c	d	e
8	a	b	c	d	e
9	a	b	c	d	e
10	a	b	c	d	e
11	a	b	c	d	e
12	a	b	c	d	e
13	a	b	c	d	e
14	a	b	c	d	e
15	a	b	c	d	e
16	a	b	c	d	e
17	a	b	c	d	e
18	a	b	c	d	e
19	a	b	c	d	e
20	a	b	c	d	e
21	a	b	c	d	e
22	a	b	c	d	e
23	a	b	c	d	e
24	a	b	c	d	e
25	a	b	c	d	e
26	a	b	c	d	e
27	a	b	c	d	e
28	a	b	c	d	e
29	a	b	c	d	e
30	a	b	c	d	e
31	a	b	c	d	e
32	a	b	c	d	e
33	a	b	c	d	e
34	a	b	c	d	e
35	a	b	c	d	e
36	a	b	c	d	e
37	a	b	c	d	e
38	a	b	c	d	e
39	a	b	c	d	e
40	a	b	c	d	e

Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

O duplo*

Sentado num dos primeiros bancos do ônibus número 15, Praça São Salvador - Rio Comprido, vejo surpreso, e logo com crescente espanto, minha imagem refletida no retrovisor, com traje e movimentos que não são meus. Para afastar a possibilidade de uma alucinação, faço, como prova, exaustivos gestos propositadamente exagerados, que a imagem refletida não repete.

- Um sósia? Mas esse é semelhante, jamais idêntico.

Meu desassossego, meu espanto crescem.

O outro, com roupa e movimentos diferentes, permanece tranquilo, impassível, alheio à minha presença e parece nem se importar em ser réplica.

- Ele não me terá visto? Impossível, estamos próximos. Ele talvez ocupe um assento à minha frente. Não sei.

A ideia do indivíduo de ser dois apavora.

Já agora preso de um terror incontrolável, soo a campainha do coletivo e desço precipitado, sem olhar para trás, sem sequer ousar localizá-lo: falta-me coragem para ver o outro que vive fora de mim.

Porto Alegre, 4 de março de 1994

* Embora de 1994, o texto narra episódio vivido no Rio de Janeiro nos anos 40.

CAMARGO, Iberê. *Gaveta dos guardados*: Iberê Camargo. Organização e apresentação Augusto Massi. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 33.

Questão 1

O enunciado “Falta-me coragem para ver o outro que vive fora de mim”, com o qual Iberê Camargo faz o fechamento de sua pequena crônica,

- a) expressa uma reflexão sobre a relação que o “eu” estabelece com a alteridade.
- b) indica a incapacidade do narrador em lidar com os seus traumas de infância.
- c) descreve com minúcias o cenário no qual se desenvolve o episódio narrado.
- d) assegura que o episódio narrado é uma construção metafórica da realidade.
- e) reforça a historicidade do episódio narrado, conferindo-lhe um traço factual.

Questão 2

A sequência de predicativos do sujeito presente em “O outro, com roupa e movimentos diferentes, permanece tranquilo, impassível, alheio à minha presença”

- a) cumpre o papel de atribuir ao sujeito oracional um conjunto de características contraditórias.
- b) indica que o reflexo que o narrador vê de sua imagem não lhe causa qualquer estranhamento.
- c) constitui um recurso de qualificação positiva, por meio do qual o narrador valoriza seu alterego.
- d) reafirma, por meio da apresentação de traços fisionômicos, aspectos da identidade do narrador.
- e) realça, por meio de elementos semânticos próximos, a indiferença da imagem refletida no retrovisor.

Questão 3

O texto apresenta, no primeiro parágrafo, uma sequência textual centrada nas tipologias

- a) narração e argumentação
- b) descrição e narração
- c) narração e injunção
- d) descrição e exposição
- e) argumentação e exposição

Questão 4

No enunciado “Para afastar a possibilidade de uma alucinação, faço, como prova, exaustivos gestos propositadamente exagerados, que a imagem refletida não repete”, o pronome relativo “que” faz retomada do seguinte elemento textual:

- a) prova
- b) alucinação
- c) gestos
- d) possibilidade
- e) traje

Questão 5

O enunciado “Impossível, estamos próximos”, que serve de resposta à pergunta “Ele não me terá visto?”, embora não apresente um conectivo lógico, é constituído por dois elementos que estabelecem entre si uma relação de

- a) temporalidade
- b) proporção
- c) oposição
- d) finalidade
- e) causalidade

Leia o texto a seguir para responder às questões de 6 a 9.

Oração fúnebre aos guerreiros

1 Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário,
 2 servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo depende não de poucos, mas
 3 da maioria, é democracia. Nela, enquanto no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas
 4 divergências privadas, quando se trata de escolher (se é preciso distinguir em qualquer setor), não é o fato
 5 de pertencer a uma classe, mas o mérito, que dá acesso aos postos mais honrosos; inversamente, a
 6 pobreza não é razão para que alguém, sendo capaz de prestar serviços à cidade, seja impedido de fazê-lo
 7 pela obscuridade de sua condição. Conduzimo-nos liberalmente em nossa vida pública, e não observamos
 8 com uma curiosidade suspicaz a vida privada de nossos concidadãos, pois não nos ressentimos com nosso
 9 vizinho se ele age como lhe apraz, nem olhamos com ares de reprovação que, embora inócuos, lhe
 10 causariam desgosto. Ao mesmo tempo que evitamos ofender os outros em nosso convívio privado, em
 11 nossa vida pública nos afastamos da ilegalidade, principalmente por causa de um temor reverente, pois
 12 somos submissos às autoridades e às leis, especialmente àquelas promulgadas para socorrer os oprimidos
 13 e as que, embora não escritas, trazem aos transgressores uma desonra visível a todos.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. In: FIGUEIREDO, Carlos (Org.). *100 discursos históricos*. Belo Horizonte: Leitura, 2002. p. 21-22.

Questão 6

Nota-se, no discurso de Tucídides,

- a) uma crítica à maneira pela qual os vizinhos observavam a vida uns dos outros.
- b) uma reflexão sobre o caráter não legítimo das leis que ainda não foram escritas.
- c) um elogio à democracia, considerada uma forma de governo justa e pacificadora.
- d) um questionamento do papel da meritocracia no seio de uma sociedade democrática.
- e) uma constatação de que os homens obedecem às leis mais por gosto do que por temor.

Questão 7

Qual a função de linguagem predominante no texto?

- a) Fática
- b) Referencial
- c) Emotiva
- d) Metalinguística
- e) Poética

Questão 8

Em "...nem olhamos com ares de reprovação que, embora inócuos, lhe causariam desgosto" (linhas 9 e 10), o termo "embora" estabelece entre as orações uma relação de

- a) concessão
- b) conformidade
- c) comparação
- d) consequência
- e) conclusão

Questão 9

No trecho "não nos ressentimos com nosso vizinho se ele age como lhe apraz, nem olhamos com ares de reprovação que, embora inócuos, lhe causariam desgosto" (linhas 8 a 10), o vocábulo "inócuos" pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por

- a) ímprobos
- b) inusitados
- c) inofensivos
- d) inquietantes
- e) impertinentes

Questão 10

Observe a tirinha a seguir.



QUINO. *Mafalda*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/mafalda-e-a-poderosa-critica-de-valores/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

O conteúdo humorístico e crítico presente na tirinha questiona o fato de o público consumidor

- a) desconhecer a condição de sua própria identidade social.
- b) elogiar os padrões culturais da sociedade de consumo.
- c) recusar um modelo de vida baseado na autoimagem.
- d) ignorar os modos de persuasão do discurso publicitário.
- e) comprar todas as mercadorias que lhe são anunciadas.

Raciocínio Lógico

Questão 11

Uma pesquisa em um trecho de uma rodovia federal verificou que, apesar da lei que determina o uso de faróis acesos durante o dia, 10% dos automóveis ainda trafegam com os faróis apagados e, desses, 2% são multados. Sabendo-se que nesse trecho da rodovia trafegam 20.000 automóveis por dia, o número de veículos multados por dia é de

- a) 4
- b) 40
- c) 400
- d) 4.000
- e) 40.000

Questão 12

Um advogado acredita que a probabilidade do seu cliente ser condenado por um crime é de 80%, devido a casos similares. Sabendo-se que 99% dos indivíduos condenados são de fato culpados, ao passo que essa porcentagem entre os indivíduos absolvidos é de 10%, a probabilidade de o cliente desse advogado ser culpado é de

- a) 0,792
- b) 0,794
- c) 0,800
- d) 0,812
- e) 0,992

Questão 13

Um investidor fez ao mesmo tempo três aplicações financeiras com mesma duração. Na primeira ele aplicou R\$ 10.000,00 a uma taxa de juros de 0,98% ao mês. Na segunda ele aplicou R\$ 50.000,00 e, na terceira, R\$ 20.000,00 a uma taxa de juros ao mês de 1,02% e 1,00%, respectivamente. Esse investidor obteve uma taxa média de juros ao mês igual a

- a) 1,00%
- b) 0,98%
- c) 1,02%
- d) 0,99%
- e) 1,01%

Questão 14

Uma empresa de coleta de lixo utiliza diariamente, num município com 90.000 habitantes, 5 caminhões durante 18 horas por dia para coletar o lixo desses habitantes. Essa empresa ganhou uma licitação em outro município com 48.000 habitantes. No entanto, nesse outro município os caminhões poderão trabalhar somente 16 horas diárias. Qual a quantidade de caminhões por dia que essa empresa utilizará para coletar o lixo desse outro município?

- a) 6
- b) 5
- c) 4
- d) 3
- e) 2

Questão 15

Sabendo-se que a sequência numérica 1, 20, 220, 2.230, 22.340, 223.450 possui uma formação lógica, o próximo termo da sequência é

- a) 2.345.670
- b) 2.234.567
- c) 2.234.560
- d) 234.560
- e) 123.456

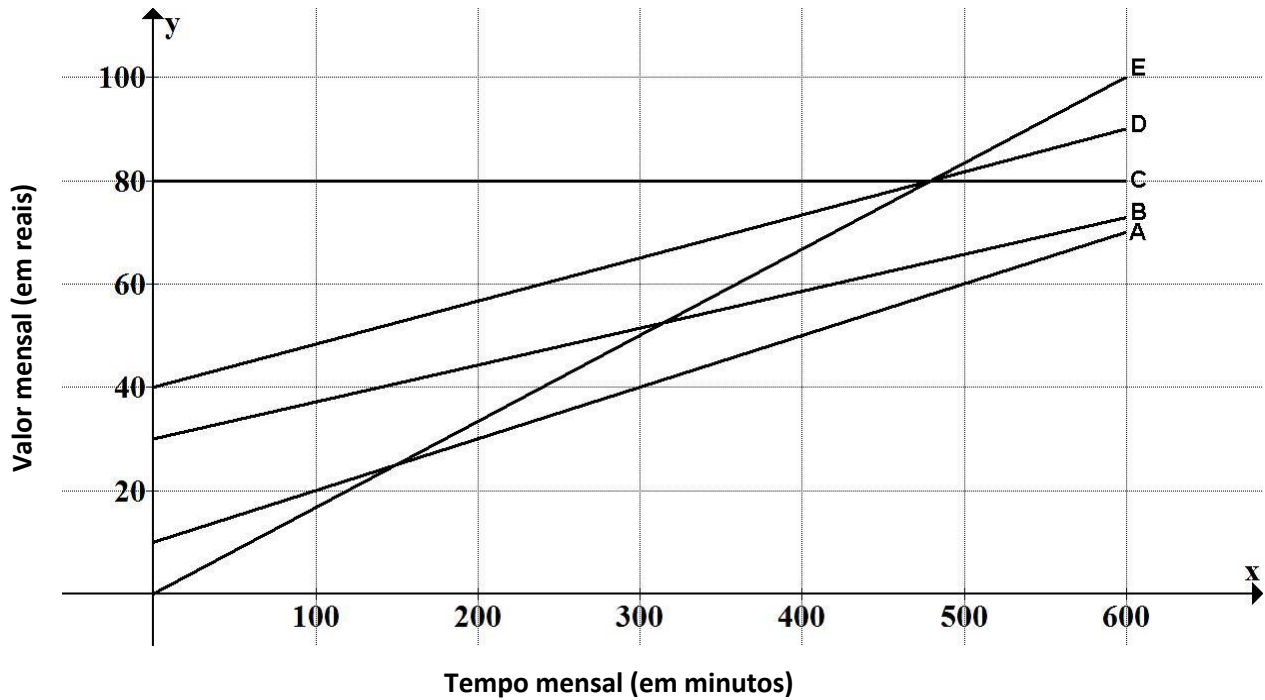
Questão 16

Se escrevermos os números inteiros de 1 até 500, o número de vezes em que o algarismo 1 aparecerá será

- a) 200
- b) 100
- c) 50
- d) 300
- e) 250

Questão 17

Marcílio pretende gastar exatamente R\$ 60,00 por mês com a *internet* do seu celular, para isso ele pesquisou 5 empresas: A, B, C, D e E, cujas propostas estão apresentadas no gráfico a seguir.



Das propostas apresentadas, a mais vantajosa para Marcílio, em tempo mensal de minutos em relação ao seu gasto previsto, é a da empresa

- E
- D
- C
- B
- A

Questão 18

Cleber, Fabiano e Leonardo saíram para comer em um restaurante e o total da conta foi de R\$ 305,25 reais. Sabendo-se que a parte que Fabiano deve pagar é o triplo da conta de Cleber, e a de Leonardo é a metade da conta de Fabiano, o valor consumido por Cleber foi de

- R\$ 80,15
- R\$ 166,50
- R\$ 55,50
- R\$ 105,75
- R\$ 83,25

Espaço para rascunho

Questão 19

Um número somado à raiz quadrada do seu triplo é igual ao seu dobro; logo o número procurado é o

- a) mmc(2,3)
- b) mdc(14,15)
- c) mmc(3,10)
- d) mdc(21,30)
- e) mmc(6,9)

Questão 20

No município de Luziânia, uma cooperativa de reciclagem de lixo é formada por 56 catadores, sendo que 31 trabalham na limpeza urbana, coleta e varrição, 20 atuam na coleta de materiais recicláveis e 5 em processos administrativos. Uma comissão com 5 representantes deve ser formada, sendo que 2 membros devem pertencer à limpeza urbana, coleta e varrição, 2 da coleta de materiais recicláveis e 1 da parte administrativa. De acordo com esses critérios, o número possível de comissões que podem ser formadas é

- a) maior que 100.000 e menor que 200.000
- b) maior que 400.000
- c) maior que 200.000 e menor que 300.000
- d) menor que 100.000
- e) maior que 300.000 e menor que 400.000

Conhecimentos Gerais e Atualidades

Questão 21

Um dos momentos mais importantes da cerimônia de abertura da Olimpíada, ocorrida no Rio de Janeiro, foi o desfile das 207 delegações de atletas. Dentre as delegações participantes do desfile,

- a) a delegação da Palestina não pôde participar da cerimônia de abertura devido ao fato de esse país, a Palestina, ser considerado pela ONU um “estado observador não membro”.
- b) o Afeganistão foi a primeira delegação a desfilar, em virtude do critério da ordem alfabética estipulado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI).
- c) a China e a Índia foram os países com a maior delegação de atletas, uma vez que são os mais populosos do mundo.
- d) a delegação dos Atletas Refugiados, a grande novidade na cerimônia de abertura, desfilou sob a bandeira olímpica.
- e) o Vaticano, um Estado católico, foi proibido pelo COI de utilizar símbolos religiosos na indumentária dos atletas.

Questão 22

A vacina Dengvaxia® já possui registro concedido pela Agência Nacional de Vigilância desde a última segunda-feira (28/12/2015). O registro permite que a vacina seja utilizada no combate à Dengue.

Disponível em: <www.brasil.gov.br/saude/2016/01/saiba-mais-informacoes-sobre-a-vacina-da-dengue-1>. Acesso em: 10 ago. 2016. (Adaptado).

Essa vacina contra a dengue, aprovada pela Anvisa,

- a) é indicada também para a prevenção dos vírus Chikungunya e Zika.
- b) foi desenvolvida no Brasil por pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz.
- c) deve ser aplicada por via oral, indicada preferencialmente para os maiores de 45 anos.
- d) possibilita também o tratamento da doença e é indicada para os casos graves.
- e) consiste em três doses, administradas num intervalo de seis meses.

Questão 23

Uma velha teoria da esquerda baseava a revolução nas crises: a intensificação das contradições internas do capitalismo abriria caminho para uma alternativa socialista.

Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/internacional-36940395>. Acesso em: 10 ago. 2016.

O desastre financeiro ocorrido em 2008, que marcou o início da maior crise econômica deste século, provocou fortes impactos sociais e políticos, exigindo novos parâmetros interpretativos. Nesse sentido, a crise econômica marcou

- a) a consolidação das gestões de esquerda na América Latina, com as eleições de Maurício Macri, na Argentina, e a estabilização política conseguida pelo governo de Nicolás Maduro.
- b) o reaparecimento do populismo de direita, com uma retórica nacionalista e xenófoba, exemplificado pela figura de Donald Trump, nos EUA, e pelo Brexit, na Inglaterra.
- c) o fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social europeu, que resistiu às reformas neoliberais, mesmo nas economias mais fracas, como a da Grécia e de Portugal.
- d) o prestígio do modelo de planejamento comunista da China, que manteve, durante todo o período de crise, suas elevadas taxas de crescimento econômico.
- e) a emergência do Partido Comunista como expressiva força política na Rússia, materializado no nacionalismo de Vladimir Putin.

Questão 24

O código florestal é a lei que institui as regras gerais sobre onde e de que forma a vegetação nativa do território brasileiro pode ser explorada. Ele determina as áreas que devem ser preservadas e quais regiões são autorizadas a receber os diferentes tipos de produção rural.

Disponível em: <www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/285774-o-que-e-o-codigo-florestal>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Uma das principais medidas de políticas ambientais no Brasil se deu com a aprovação do Código Florestal em 2012. Dentre as várias medidas protetivas, ele instituiu o conceito de Reserva Legal, que consiste numa

- a) área rural pública destinada à criação de parques ambientais objetivando a proteção da fauna e flora nativas.
- b) área de faixa marginal de qualquer curso d'água natural e permanente que não pode ser explorada economicamente.
- c) área de propriedades rurais situadas especificamente na Floresta Amazônica, destinadas à preservação das espécies nativas.
- d) área do imóvel rural, coberta por vegetação natural, que pode ser explorada economicamente por meio do manejo sustentável.
- e) área urbana pública destinada à formação de parques e praças para melhorar a qualidade de vida da população das cidades.

Questão 25

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõe à natureza.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 95.

As cidades planejadas, seguindo as colocações do historiador Sérgio Buarque de Holanda, representam a força do desejo humano em transformar a paisagem e em racionalizar o espaço em que se vive. Construir cidade envolve, portanto, uma complexa rede de interesses com impactos na economia, na sociedade e na política. A construção de cidades envolve tenacidade e capacidade de persuasão dos líderes políticos. Por isso, algumas das cidades planejadas brasileiras foram inauguradas durante regimes autoritários, como foi o caso da cidade de

- a) Goiânia, capital de Goiás, inaugurada em 1942.
- b) Teresina, capital do Piauí, construída em 1852.
- c) Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, construída em 1894.
- d) Brasília, capital do Brasil, inaugurada em 1960.
- e) Palmas, capital do Tocantins, inaugurada em 1989.

Legislação Básica

Questão 26

É entidade que compõe a administração indireta do Município de Luziânia, conforme disposição expressa em sua Lei Orgânica:

- a) Autarquia – serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprias, buscando uma gestão administrativa e financeira desconcentrada.
- b) Empresa Pública – personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração de atividade econômica.
- c) Sociedade de Economia Mista – personalidade jurídica de direito privado, criada para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima.
- d) Fundação de Apoio – entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei, para executar atividades típicas da administração pública, de forma descentralizada.
- e) Fundação Pública – entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para o desenvolvimento de atividades que exijam execução por órgãos ou entidades de direito público.

Questão 27

Sobre a criação e instalação de distritos no Município de Luziânia, tem-se que

- a) um distrito pode ser classificado como cidade, vila, região administrativa e núcleo habitacional.
- b) são requisitos para a criação: mais de 1000 edificações ou mais de 10.000 habitantes na localidade.
- c) o território do Município não poderá ser dividido para fins administrativos, apenas para fins políticos.
- d) a lei de criação não precisa conter a descrição clara das divisas, que poderão ser tratadas por decreto.
- e) a descrição clara e precisa das respectivas divisas sempre se fará por linhas e pontos naturais.

Questão 28

O vereador que estiver no uso da palavra poderá ser interrompido por outro vereador que não seja o Presidente da Câmara, sem o seu consentimento, quando se fizer necessário, para

- a) suspender a sessão em caso de ocorrência grave no prédio da Câmara.
- b) formular à presidência reclamação quanto à observância do regimento.
- c) comunicação importante ou recepção de visitante ilustre.
- d) votação não realizada no momento oportuno, por falta de quórum.
- e) prestar esclarecimentos que interessem à boa ordem dos trabalhos.

Questão 29

Os vereadores e as comissões permanentes da Câmara de Vereadores do Município de Luziânia poderão convocar audiências públicas para

- a) serem ouvidos especialistas, ou qualquer outra pessoa, cabendo ao presidente convidá-los.
- b) tratar de tema apresentado por entidade da sociedade civil, mediante aprovação da minoria.
- c) tratar de assuntos apresentados por qualquer pessoa, mediante aprovação da maioria.
- d) tratar, a critério do requerente, de assuntos de interesse público relevante.
- e) instruir matéria legislativa que já foi tratada pela casa.

Questão 30

Segundo Regimento Interno da Câmara, a votação é ato complementar da discussão, por meio do qual o plenário manifesta sua vontade deliberativa, sendo que o quórum será de

- a) três quintos da composição da casa, para que, por motivo relevante, a sessão deixe de ser pública.
- b) maioria absoluta da composição da casa, para aprovação de Comissão Parlamentar de Inquérito.
- c) três quintos da composição da casa, para contrair empréstimo e realizar operações de crédito.
- d) três quintos da composição da casa, para votar a perda do mandato de vereador.
- e) dois terços da composição da casa, para aprovação de Lei Complementar.

Conhecimentos Específicos

Questão 31

Os princípios orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Sobre esse assunto, verifica-se que o princípio orçamentário da

- a) transparência determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- b) legalidade determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- c) unidade ou totalidade determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- d) anualidade ou periodicidade estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto quando da autorização para abertura de crédito suplementar e para contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- e) exclusividade estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e para contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

Questão 32

A receita pública que, no momento do reconhecimento do crédito, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade, constituindo fato contábil modificativo aumentativo, é classificada como receita

- a) de capital efetiva
- b) orçamentária efetiva
- c) de capital não efetiva
- d) orçamentária não efetiva
- e) de operações intraorçamentárias

Questão 33

Empenho, segundo o artigo 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. Os empenhos podem ser classificados em

- a) extraordinário, liquidado e estimado.
- b) de consumo, ordinário e delegado.
- c) ordinário, estimado e global.
- d) corrente, global e de capital.
- e) orçamentário, extraorçamentário e estimado.

Questão 34

A Lei nº 4.320/1964 determina, nos artigos 42 e 43, que os créditos suplementares e especiais serão abertos por

- a) decreto do poder executivo, dependendo de prévia autorização legislativa.
- b) autorização legislativa específica, após provocação do poder executivo.
- c) ato unilateral do poder executivo, independentemente de autorização legislativa.
- d) decreto legislativo orçamentário, depois de ouvido o poder executivo.
- e) ato conjunto do poder executivo e legislativo, após ouvido o judiciário.

Questão 35

No setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos princípios de contabilidade. Dessa forma, considerando o princípio da competência, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando

- a) recebidos ou pagos
- b) lançados
- c) previstos em orçamento
- d) ocorridos
- e) autorizados pelo legislativo

Questão 36

A utilização dos gastos e arrecadação do governo para interferir na economia, por meio da criação ou redução da demanda, do aumento ou redução de preços por meio de incidência de tributação ou ainda a partir da geração superávit ou déficit público, configura-se em uma política de estabilização econômica conhecida como política

- a) fiscal
- b) cambial
- c) monetária
- d) de rendas
- e) de desenvolvimento

Questão 37

A fiscalização do município, de acordo com o disposto no artigo 31 da Constituição Federal de 1988, será exercida

- a) exclusivamente pelos sistemas de controle interno e, quando aplicável, pelo Tribunal de Contas da União.
- b) exclusivamente pelo Tribunal de Contas, no que tange ao controle externo, sem subordinação ao Poder Legislativo.
- c) pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
- d) pelo Poder Legislativo Estadual, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
- e) pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal.

Questão 38

O novo prefeito da cidade Alfa pretende, em seu primeiro ano de mandato, instituir o programa “bolsa balsa”, uma inovação para a população da zona rural que precisa pagar diariamente pela travessia de balsa para frequentar atividades esportivas e de lazer. O objetivo do prefeito é realizar tais despesas com recursos do orçamento municipal. Assim, para não incorrer em crime de responsabilidade, ele deverá

- a) abrir crédito extraordinário, sem a necessidade de aprovação do legislativo, justificado pelo interesse público.
- b) solicitar autorização legislativa para abrir crédito suplementar ou especial, indicando os recursos correspondentes.
- c) vincular a nova despesa à receita de um imposto a ser criado especificamente para a cobertura das despesas do programa.
- d) instituir um fundo específico para o novo programa, sem a necessidade de aprovação do legislativo, justificado pelo interesse público.
- e) fazer o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de outro programa ou órgão, sem a necessidade de submissão ao legislativo.

Questão 39

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, que:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- b) o prazo de validade de concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical e o direito de greve.
- e) as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Questão 40

Sobre as modalidades de licitação, verifica-se que

- a) na tomada de preços poderão concorrer os interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- b) na concorrência poderão participar os interessados que, após a fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- c) no concurso poderão concorrer somente interessados com notoriedade comprovada, para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- d) no convite a licitação é feita entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, em número mínimo de 3 (três), que obrigatoriamente devem estar cadastrados na correspondente especialidade.
- e) no leilão poderão concorrer quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, exceto para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Espaço para rascunho

Prova Discursiva

PLANEJAR É PRECISO

Ferramenta elaborada pelo Tribunal de Contas do Estado expõe o desempenho das administrações municipais de forma transparente e acessível.

Após mobilizar uma força-tarefa envolvendo cerca de 50 técnicos, em um trabalho que durou 18 meses, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apresentará à sociedade nesta segunda-feira (5) os resultados auferidos pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).

Esse indicador foi concebido em 2014 para medir o desempenho concreto dos municípios nas áreas de educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação.

Pela primeira vez no país, a população de um estado terá à disposição na *internet* uma fotografia em alta definição e de fácil compreensão mostrando como os prefeitos de 644 municípios paulistas geriram e aplicaram os recursos públicos.

Esse retrato inicial, cujos dados referem-se a 2014, apresenta aspectos preocupantes. Salta aos olhos que os gestores municipais precisam ser capacitados para assegurar que a execução do orçamento seja mais efetiva e evite desperdícios na máquina administrativa.

No quesito planejamento, o índice revelou que a maior parte das ações de governo é custeada com recursos financeiros distintos dos previstos no orçamento e não é coerente com os programas municipais. Os dados reforçam a necessidade de o gestor público planejar com mais efetividade a aplicação dos recursos advindos de tributos, em conformidade com os preceitos da responsabilidade fiscal e social.

Para atingir as metas propostas e prestar bons serviços à população, é preciso fazer a lição de casa e utilizar os instrumentos legais, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a própria Lei Orçamentária Anual. É com base nesse arcabouço jurídico que as administrações municipais vão elaborar seu planejamento e, principalmente, gastar o dinheiro do contribuinte com muito mais qualidade.

Na educação, em que o gasto médio anual por aluno da rede municipal é de R\$ 8.608, o IEGM mostra que 76% dos municípios aplicaram algum programa de avaliação do rendimento escolar e que 91% das escolas possuem laboratórios ou salas de aula com computadores.

Em compensação, veio à tona um número alarmante: 48% das prefeituras atrasaram o envio do material escolar e só 11% entregaram o uniforme antes do início das aulas – 48% nem sequer o forneceram.

Na saúde, o gasto médio anual por habitante chegou a R\$ 746,72. O estudo apontou que em 87% dos municípios constatou-se a presença de médicos nas equipes de saúde da família e uma média anual de 1,7 consulta por paciente.

Chama a atenção, todavia, o fato de apenas 17% dos locais de atendimento médico hospitalar apresentarem auto de vistoria dos bombeiros. O mais grave: o tempo de espera por uma consulta com especialista atingiu 57 dias, em média.

Outros dados que merecem menção: 72% das cidades não têm um plano emergencial para a crise hídrica, só 37% dispõem de coleta seletiva total e apenas 20% possuem plano de contingência de defesa civil. Também vale destacar que 30% das prefeituras não possuem órgão ou servidor responsável pelo controle interno das contas municipais.

Essa ferramenta, ao expor o desempenho das administrações municipais de forma transparente e acessível, tem por objetivo o aperfeiçoamento das políticas públicas e a valorização dos bons gestores.

É compromisso do Tribunal de Contas do Estado não só fiscalizar e punir quem se desvia da norma, mas também oferecer mecanismos preventivos e proativos de orientação e capacitação para a execução de boas práticas administrativas.

Com a divulgação dos resultados do IEGM, a população passa a ter acesso a uma informação de qualidade para avaliar os resultados alcançados pelos gestores [...].

MORAES, Cristiana de Castro; BERALDO, Sidney. Planejar é preciso. *Folha de São Paulo*. Caderno Opinião. 5 out. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinia0/235405planejarepreciso.shtml>>. Adaptado. Acesso em: 22 ago. 2016.

Questão 1

Utilizando o texto acima, aliado com a legislação sobre a matéria, discorra sobre como o controle social pode colaborar no aprimoramento dos controles internos e externos, bem como na melhoria do gasto público, e aponte quais ferramentas podem ser utilizadas pelo cidadão para exercer a sua participação na gestão pública.



Rascunho da Prova Discursiva

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO

Rascunho da Prova Discursiva

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO